

## Atos Oficiais

### DECRETO Nº 7.233 DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

**Aprova o Regimento Eleitoral, disciplinador do processo que determinará a escolha dos membros que integrarão o 1º mandato da Gestão 2021-2023 do COMJUVE – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Juventude de Ribeirão Pires.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado, na forma do Anexo, o Regimento Eleitoral para disciplinar o processo que determinará a escolha dos membros que integrarão o 1º mandato da Gestão 2021-2023 do COMJUVE– Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Juventude de Ribeirão Pires.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de setembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**LEONARDO PENNA DE BIAZI**  
Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo	Administrativo	nº	3426/2021	–	PM
Publicado no órgão da Imprensa Oficial					

### **REGIMENTO ELEITORAL ESCOLHA DOS MEMBROS PARA O 1º MANDATO DO COMJUVE - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE DE RIBEIRÃO PIRES – GESTÃO 2021-2023**

#### **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Artigo 1º.** - A Comissão Eleitoral, em conformidade com a Lei Municipal nº. 5823 de 02 de Abril de 2014 no seu artigo 4º, parágrafo 5º, estabelece o presente **Regimento Eleitoral** para disciplinar o processo que determinará a escolha dos membros que integrarão o 1º mandato da Gestão 2021-2023 do COMJUVE.

#### **CAPÍTULO II – DA CANDIDATURA**

**Artigo 2º.** - A candidatura é individual, sem patrocínio de Partidos Políticos e vedado o registro por procuração.

**Parágrafo Único** – A Comissão Eleitoral não poderá candidatar-se à eleição de que trata este Regimento.

**Artigo 3º.** - Poderá candidatar-se ao processo de escolha de 23 de outubro de 2021 o(a) candidato(a) que:

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| 1-<br>no município de Ribeirão Pires; | I. Estiver no pleno gozo dos direitos políticos e ser eleitor |
| 2-                                    | II. Residir no Município há pelo menos 02 (dois) anos;        |
| 3-                                    | III. Ter idade entre 15 e 29 anos;                            |
| 4-                                    | IV. Ter reconhecida idoneidade moral;                         |
| 5-                                    | V. Representar, comprovando mediante documentação,            |
- uma das categorias descritas no art. 4º, inciso II, da Lei Municipal nº. 5823 de 02 de Abril de 2014.

#### **CAPÍTULO III – DO REGISTRO DA CANDIDATURA**

**Artigo 4º.** O registro da candidatura de novos candidatos será on-line através do formulário GoogleForm:

<https://docs.google.com/forms/d/14Tx5kcfJLqE6lStG9JVMUuJb720BJ87BQDlieb7cEis/edit>, no período de 08 a 15 de outubro de 2021.

**Artigo 5º.** - O registro da candidatura será preenchido através da plataforma Google Form com os anexos solicitados para análise da **Comissão Eleitoral nomeada**, instruído, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

- I. Declaração de próprio punho do candidato de que não possui qualquer cargo eletivo, sujeito à confirmação de veracidade junto à Justiça Eleitoral;
- II. Cópia de Documento de Identidade;
- III. Cópia de Comprovante de residência no Município em nome do candidato; e, no caso dos menores de idade, dos pais do candidato.
- IV. Declaração de atuação em entidades que atuem nas áreas especificadas pela Lei Municipal nº. 5823 de 02 de Abril de 2014, art. 4º, inciso II.

#### **CAPÍTULO IV – DA IMPUGNAÇÃO E RECURSO**

**Artigo 6º.** - Findo o prazo para o registro de candidatura, análise curricular e preenchidos os requisitos obrigatórios para candidatura, a Comissão Eleitoral fará publicar na imprensa local, Edital com os registros deferidos para ciência dos interessados.

**§ 1º.** - Qualquer cidadão, eleitor no município, poderá no prazo máximo de 03 (três) dias corridos e a contar da publicação do edital, apresentar pedido de impugnação de candidaturas, desde que devidamente formalizado e fundamentado.

**§ 2º.** - O Ministério Público, independentemente de oferecimento de impugnação à candidatura, antes de qualquer deferimento, receberá para vistas e análise, aprazados até 09 de outubro de 2021 para manifestação, todos os registros dos candidatos ao Pleito.

**Artigo 7º.** - Autuado o pedido de impugnação, ou indeferimento de candidatura, o candidato poderá oferecer contestação, por escrito no prazo de 02 (dois) dias, e a Comissão Eleitoral decidirá no prazo de 02 (dois) dias.

**Artigo 8º.** - Decididas todas as impugnações, a Comissão Eleitoral fará publicar Edital em imprensa local, com a relação dos candidatos aptos ao processo do pleito eleitoral.

**§ 1º.** - O registro de candidato inelegível será indeferido, ainda que não tenha havido impugnação.

**§ 2º.** - A declaração de inelegibilidade tornará nula a nomeação, se já efetivada.

#### **CAPÍTULO V – DA PROPAGANDA DE CAMPANHA**

**Artigo 9º.** - Será cassada qualquer candidatura que:

- I. Realize qualquer tipo de propaganda antes da publicação do edital, confirmando a sua condição de candidato;
- II. Realize qualquer propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes, pinturas ou inscrições em locais e/ou equipamentos públicos ou particulares com exceção dos locais autorizados pela municipalidade, através de decreto, desde que para utilização de todos os candidatos em igualdade de condições;
- III. Cuja propaganda implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva ou vantagem de qualquer natureza;
- IV. Caluniar, difamar ou injuriar pessoas, bem como órgãos e entidades públicas;
- V. Cuja propaganda se realiza através de veículos de comunicação social ou evidencie abuso do poder econômico.

**Artigo 10 -** É assegurada, independentemente de licença, decretos ou posturas municipais, a propaganda, através de:

- I. Distribuição de folhetos, volantes e demais tipos de publicações impressas;
- II. Transmissão radiofônica, de debates entre todos os candidatos registrados, asseguradas a participação de todos, em conjunto ou em blocos e dias distintos, cujo regulamento deverá ter a prévia aprovação dos participantes;
- III. Promoção de palestras, seminários ou encontros em geral que sirvam para esclarecimento da população sobre o COMJUVE – Conselho Municipal da Juventude de Ribeirão Pires.

**Artigo 11 -** As representações serão autuadas pela Comissão Eleitoral que, após a manifestação dos interessados e do representante do Ministério Público, decidirá aplicando, se for o caso, as penalidades cabíveis à candidatura e ao mandato.

## CAPÍTULO VI – DA VOTAÇÃO

**Artigo 12** - A votação será realizada no dia 23 de outubro de 2021 das 09h às 13h na Escola Municipal Eng.º Carlos Rohm – Rua Primeiro de Maio, 170 - Centro.

**Parágrafo único.** Os candidatos são obrigados a comparecer ao pleito, assinando lista de presença de candidatos.

**Artigo 13** - Os membros do COMJUVE serão escolhidos em sufrágio universal e voto direto, facultativo e secreto dos eleitores do município de Ribeirão Pires, inscritos na Justiça Eleitoral até 03 (três) meses, cujo processo de escolha será presidido pela Comissão Eleitoral e fiscalizado pelo Ministério Público.

**Artigo 14** - O voto será consignado em cédula oficial, elaborada pela Comissão Eleitoral e distribuída pela mesa receptora no dia da escolha.

**Artigo 15** - A cédula será fornecida ao eleitor no momento do voto, devendo, obrigatoriamente, ser rubricada pelo Presidente e por mais 02 (dois) membros da mesa receptora.

**Parágrafo Único** – Não se admitirá urna volante e voto em trânsito.

**Artigo 16** - Somente poderá votar o eleitor que exibir um documento de Identidade com foto e comprovante de residência em nome de si mesmo ou de seus progenitores ou título de eleitor

## CAPÍTULO VII – DA MESA RECEPTORA

**Artigo 17** - A mesa receptora será constituída de 01 (um) Presidente, 01 (um) Primeiro Mesário e 01 (um) Segundo Mesário, 01 (um) Primeiro Secretário e 01 (um) Segundo Secretário, recrutados, treinados e nomeados pela Comissão Eleitoral dentre os servidores públicos municipais.

**Parágrafo Único** – Não poderão ser nomeados para a mesa receptora os candidatos, seus parentes até 3º. Grau, inclusive, ainda que por afinidade, e cônjuge.

**Artigo 18** - Para garantir a realização do processo e do funcionamento da mesa, poderá o Presidente da mesa ou a Comissão Eleitoral, nomear “ad doc”, tantos integrantes quantos forem os faltosos, dentre os eleitores presentes, obedecendo as prescrições do parágrafo único do artigo 17º.

**Artigo 19** - Compete ao Presidente da mesa receptora e, na sua falta, a quem o substituir:

- I. Receber os votos dos eleitores;
- II. Manter a ordem no recinto da votação, valendo-se do concurso policial, se necessário;
- III. Comunicar imediatamente a Comissão Eleitoral, para deliberação, quaisquer ocorrências que interfiram no bom desenvolvimento do processo de votação;
- IV. Autenticar/rubricar as cédulas oficiais;
- V. Zelar pela pontualidade do início e do término do processo de votação;
- VI. Assinar a ata da escolha dos membros.

**Artigo 20** - Compete aos mesários e secretários substituir o Presidente na sua falta ou impedimento ocasional e cumprir as determinações que lhe forem atribuídas.

**Parágrafo Único** -Compete ainda aos secretários:

- I. Entregar a cédula oficial aos eleitores no momento da votação;
- II. Lavrar a ata da escolha, anotando durante os trabalhos as ocorrências que se verificarem.

## CAPÍTULO VII – DA FISCALIZAÇÃO PELOS CANDIDATOS

**Artigo 21** - Cada candidato poderá credenciar um fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, até 05 (cinco) dias antes da data da votação, junto à comissão Eleitoral, devidamente munidos de:

- I. Cópia do documento de identidade com foto;
- II. Título de eleitor do fiscal.

**§1º.** - A escolha de fiscal não poderá recair em quem, por nomeação da Comissão Eleitoral, já faça parte da mesa receptora.

**§2º.** - As credenciais concedidas aos fiscais pelos candidatos deverão ser vistas pelo presidente da mesa receptora de votos, após constatada a regular condição eleitoral de cada um.

**§3º.** - Os candidatos e fiscais poderão formular protestos e fazer pedido de verificação à Presidência da mesa receptora, sempre que constatada qualquer irregularidade.

**Artigo 22 -** Para fins de adequação física do local, caso o número de fiscais credenciados dificulte a normal realização da votação, o Presidente da mesa receptora poderá obter melhor solução por consenso entre candidatos e representantes do Ministério Público.

## **CAPÍTULO IX – DO VOTO SECRETO**

**Artigo 23 -** O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências:

- I. Uso de cédulas oficiais, distinguidas por cor de acordo com o setor social em que os candidatos atuem;
- II. Isolamento do eleitor em cabina indevassável com o intuito em indicar em cada uma das 07 (sete) cédulas, 01 (um) candidato de sua escolha e, em seguida fechá-la;
- III. Verificação da autenticidade das cédulas oficiais à vista das rubricas;
- IV. Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla para que não se acumule as cédulas na ordem em que forem introduzidas.

**Artigo 24 -** A cédula oficial será confeccionada de maneira que, após preenchida e dobrada pelo eleitor, até a sua introdução na respectiva urna, resguarde o absoluto sigilo do voto.

**Parágrafo Único –** As cédulas oficiais que o eleitor receberá da mesa receptora, conterão os nomes impressos de todos os candidatos aptos à eleição nos segmentos determinados pelo art. 4º, inciso II da Lei Municipal nº. 5823 de 02 de Abril de 2014 , além de campo para assinatura do eleitor, consonante com a presente no documento de identificação com foto.

## **CAPÍTULO X – DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO**

**Artigo 25 -** A Comissão Eleitoral, através de seu Presidente e o Presidente nomeado para a mesa receptora, deverá providenciar com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todo material necessário para os trabalhos não só da mesa receptora, bem como para a votação pelos eleitores.

**Artigo 26 -** A Comissão eleitoral, através de seu Presidente, o Presidente da Mesa Receptora, os Mesários e os Secretários nomeados, deverá comparecer na véspera no local previsto para a votação e ali, estabelecer as providências necessárias à sua preparação, visando garantir a realização da votação dentro da mais completa ordem e tranquilidade.

**Artigo 27 -** O Presidente da mesa receptora poderá, se necessário, dar prioridade na ordem de votação para idosos, enfermos, deficientes físicos, mulheres grávidas e/ou com crianças de colo, policiais ou autoridades em serviço, fiscais e membros da mesa receptora.

**Parágrafo Único –** A pontualidade, regularidade e exatidão dos trabalhos, além da celeridade do processo eleitoral, são fatores que deverão ser pretendidos durante a realização de todo o processo, não só pelos envolvidos designados, bem como por todos que tenham responsabilidade na sua fiscalização.

## **CAPÍTULO XI – DA COMISSÃO APURADORA**

**Artigo 28 -** A Comissão Apuradora dos votos será composta por 01 (um/a) cidadão(ã) que será o Presidente e de membros escrutinadores auxiliares em número capaz de atender a boa marcha dos trabalhos, escolhidos e nomeados pelo seu Presidente, dentre os cidadãos de notória idoneidade, presentes.

**Parágrafo Único –** Não poderão ser nomeados membros ou escrutinadores auxiliares:

- I. Os candidatos e seus parentes, até o 3º. grau, inclusive por afinidade, assim como, cônjuge;
- II. As autoridades e agentes policiais, bem como Secretários, Assessores e Diretores Municipais;
- III. Os integrantes da Comissão Eleitoral.

## **CAPÍTULO XII – DA APURAÇÃO DOS VOTOS**

**Artigo 29 -** A apuração será realizada no mesmo local, imediatamente após o término da votação, iniciando-se pela verificação do número de cédulas constantes das urnas versus o número de eleitores constantes das listas de presença.

- I. Iniciada apuração, esta não será interrompida em hipótese alguma;
- II. A divergência entre o número de cédulas oficiais constantes das urnas e o número de eleitores constantes das listas de presença, não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada, situação que deverá, de pronto, ser decidida pela Comissão Eleitoral e o representante do Ministério Público;
- III. As cédulas com votos “em branco” e “nulo” serão separadas pelos membros da Comissão Apuradora e devidamente assinaladas com caneta vermelha no sentido transversal, visando evitar-se o uso indevido das mesmas.

**Artigo 30 -** Serão nulas as cédulas:

- I. Que não corresponderem ao modelo oficial;
- II. Que não estiverem devidamente autenticadas;
- III. Que contiverem expressões, frases ou sinais que impossibilitem a identificação ou intenção de voto.

**Artigo 31 -** Serão nulos os votos:

- I. Quando o candidato não for indicado, através do nome ou número, com clareza suficiente para distingui-los de outros;
- II. Se o eleitor escrever o nome ou o número de mais de um candidato;
- III. Dados de candidatos inelegíveis ou não registrados.

**Artigo 32 -** A Comissão Apuradora comunicará imediatamente a Comissão Eleitoral, para deliberação e providências, quaisquer ocorrências que interfiram no bom desenvolvimento do processo.

**Artigo 33 -** Terminado o trabalho de apuração e de posse do mapa de totalização dos votos, o Presidente da Comissão Apuradora, colherá a assinatura dos demais membros, dos fiscais dos candidatos e também de representante do Ministério Público.

**Parágrafo Único –** O Presidente da Comissão Apuradora, após cumprir o disposto no caput deste artigo, fará a entrega do referido mapa ao Secretário da Mesa receptora, encarregado de lavrar a Ata Geral da Apuração, cuja cópia, posteriormente, também deverá ser encaminhada para as demais autoridades do Município.

## **CAPÍTULO XIII – DOS MEMBROS ESCOLHIDOS**

**Artigo 34 -** Serão considerados eleitos para constituição do COMJUVE:

I) DA SOCIEDADE CIVIL: Serão considerados membros titulares do Conselho, os 7 primeiros candidatos mais votados por setor e seus suplentes, seguindo a ordem de classificação.

**Parágrafo único -** Em caso de empate na votação, e, persistindo o empate, observar-se-á a idade, condição de casado(a); número de filhos; o tempo de inscrição eleitoral no município.

## **CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 35 -** As normas relativas às competências do COMJUVE, suspensão e perda de mandato, acham-se contidas na Lei Municipal nº. 5823 de 02 de Abril de 2014

**Artigo 36 –** Este Regimento Eleitoral entra em vigor na data de sua publicação e será afixado na sede da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.